

Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflitantes em falantes angolanos

Jeremias Dandula Pessela *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0027-0946>

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo analisar as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal, numa análise bifurcada sobre os aspectos conflitantes em falantes do Português de Angola (PA). A pesquisa, do ponto de vista teórico e metodológico é quantitativa e qualitativa e assenta nos princípios do modelo epistemológico e teórico da ciência linguística a partir de Haspelmath, (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha & Cintra (1989). Para o alcance do objectivo preconizado, estabelecemos três perguntas de investigação: (i) Quais são os principais conceitos de coordenação e subordinação frásica com ênfase para as explicativas e causais? (ii) Que propriedades sintáticas e semânticas são estruturais nas sentenças coordenadas e das subordinadas, com particular realce, para as explicativas e as causais? (iii) Qual é o nível de conhecimento implícito da língua dos falantes do PA em relação a interpretação e distinção de sentenças que exprimem uma causa? Os dados utilizados foram obtidos através de um inquérito por questionário, elaborado como objetivo de avaliar os falantes do PA quanto à sua capacidade em distinguir uma sentença explicativa de uma sentença causal, inferindo a partir dali os critérios presentes na gramática desses falantes que lhes permitem distinguir essas sentenças. Foram inquiridos vinte (20) informantes, distribuídos por variáveis sociais (idade, língua materna, zona de residência e nível de ensino) que permitiram traçar um perfil sociolinguístico dos informantes, (ii) questões em que se avalia o conhecimento semântico, colocando hipóteses de as sentenças serem sentenças explicativas (não verdadeira causa) e outras sentenças relativas à causa pura. Assim, os resultados encontrados mostram que o comportamento sintático das sentenças explicativas as aproxima da subordinação adverbial (cf. Dias, 1918), por outro lado, A anteposição da coordenação pelos falantes nativos do PA reforça a ideia de que no português a conjunção “pois” encontra-se, ainda, numa fase de gramaticalização, existindo, conseqüentemente, dificuldades interpretativas entre os falantes do PA entre a coordenação e a subordinação uma vez que nas gramáticas tradicionais os conectores causais e explicativos têm sido classificados de forma diferente. Assim, recomendamos um reforço no ensino de aspectos semânticos do português, área nevrálgica do processo de ensino do Português em Angola.

Palavras-chave: Português Angolano; Sentenças; Coordenação; Subordinação, Gramaticalização.

Sobre las oraciones subordinantes adverbiales coordinantes explicativas y causales - un análisis de los aspectos conflictivos en estudiantes angoleños

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las oraciones subordinantes adverbiales coordinativas explicativas y causales, en un análisis bifurcado de los aspectos conflictivos en hablantes de PA. La investigación, desde el punto de vista teórico y metodológico, se fundamenta en los principios del modelo epistemológico y teórico de la ciencia lingüística de Haspelmath, (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha y Cintra (1989). Para lograr el objetivo recomendado, establecimos tres preguntas de investigación: (i) ¿Cuáles son los principales conceptos de coordinación y subordinación oracional con énfasis en los conceptos explicativos y

* Doutor em linguística pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Docente da Escola Superior Pedagógica do Bié, E-mail: jeremiaspessela@yahoo.com.br

causales? (ii) ¿Qué propiedades sintácticas y semánticas son estructurales en oraciones coordinadas y subordinadas, con especial énfasis en oraciones explicativas y causales? (iii) ¿Cuál es el nivel de conocimiento implícito de la lengua de los hablantes de AP en relación con la interpretación y distinción de oraciones que expresan una causa? Los datos utilizados se obtuvieron a través de una encuesta tipo cuestionario, diseñada con el objetivo de evaluar a los hablantes AP respecto a su capacidad para distinguir una oración explicativa de una causal, infiriendo de ahí los criterios presentes en la gramática de estos hablantes que les permiten distinguir dichas oraciones. Se entrevistaron veinte (20) informantes, distribuidos según variables sociales (edad, lengua materna, zona de residencia y nivel de escolaridad) que permitieron elaborar un perfil sociolingüístico de los informantes, (ii) preguntas en las que se entrevistó semántica. Se valora el conocimiento, planteándose hipótesis de que las frases sean explicativas (na causa verdadeira) y otras frases relativas a la causa pura. Así, los resultados encontrados muestran que el comportamiento sintáctico de las oraciones explicativas las acerca a la subordinación adverbial (cf. Dias, 1918), por otro lado, la renuncia a la coordinación por parte de hablantes nativos de PA refuerza la idea de que en portugués la conjunción “desde ” se encuentra todavía en una fase de gramaticalización, con las consiguientes dificultades interpretativas entre los hablantes de AP entre coordinación y subordinación, ya que en las gramáticas tradicionales los conectores causales y explicativos se han clasificado de manera diferente. Por lo tanto, recomendamos fortalecer la enseñanza de los aspectos semánticos del portugués, área crucial del proceso de enseñanza del portugués en Angola.

PALABRAS-CLAVE

portugués angoleño; sentenças; Coordinación; Subordinación, Gramaticalización.

About the explanatory coordinating and causal adverbial subordinating sentences - an analysis of conflicting aspects in Angolan students

ABSTRACT

This article aims to analyze the explanatory coordinative and causal adverbial subordinating sentences, in a bifurcated analysis of the conflicting aspects in Angolan's PA speakers. The research, from a theoretical and methodological point of view, is based on the principles of the epistemological and theoretical model of linguistic science from Haspelmath (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha & Cintra (1989). To achieve the recommended objective, we established three research questions: (i) What are the main concepts of coordination and sentence subordination with an emphasis on explanatory and causal concepts? (ii) What syntactic and semantic properties are structural in coordinated and subordinate sentences, with particular emphasis on explanatory and causal sentences? (iii) What is the level of implicit knowledge of the language of PA speakers in relation to the interpretation and distinction of sentences that express a cause? The data used were obtained through a questionnaire survey, designed with the objective of evaluating AP speakers regarding their ability to distinguish an explanatory sentence from a causal sentence, inferring from there the criteria present in the grammar of these speakers that allow them to distinguish these sentences. Twenty (20) informants were interviewed, distributed according to social variables (age, mother tongue, area of residence and level of education) which made it possible to draw up a sociolinguistic profile of the informants, (ii) questions in which semantic knowledge is assessed, posing hypotheses of the sentences being explanatory sentences (not true cause) and other sentences relating to the pure cause. Thus, the results found show that the syntactic behavior of explanatory sentences brings them closer to adverbial subordination (cf. Dias, 1918), on the other hand, the foregoing of coordination by native PA speakers reinforces the idea that in Portuguese the conjunction “since ” is still in a grammaticalization phase, with consequently interpretive difficulties among PA speakers between coordination and subordination since in traditional grammars causal and explanatory connectors have been classified differently. Therefore, we recommend strengthening the teaching of semantic aspects of Portuguese, a crucial area of the Portuguese teaching process in Angola.

KEYWORDS

Angolan Portuguese; Sentences; Coordination; Subordination, Grammaticalization.

Introdução

A similitude estrutural das sentenças coordenadas explicativas e das subordinadas adverbiais causais tem sido objecto de abordagens de vários estudiosos das ciências da linguagem, entre os quais destacamos os trabalhos, Lopes (1972), Longacre (1985), García (1999), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003) entre outros. O presente trabalho aborda o processo de coordenação e de subordinação explicativa e causal. Para efetivação do mesmo são estabelecidos os seguintes objetivos: (i) Apresentar os principais conceitos de coordenação e subordinação frásica com ênfase para as explicativas e causais; (ii) Discutir as propriedades estruturais das sentenças coordenadas e das subordinadas, com particular realce, para as explicativas e as causais; (iii) Analisar as dificuldades de interpretação de alguns falantes do PA relativamente às sentenças que exprimem uma causa.

Para alcançar os objetivos indicados fez-se uma abordagem teórica a partir de investigações de Haspelmath, (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha & Cintra (1989). Para o efeito, apresentaremos, sempre que necessários exemplos extraídos do *corpus*, fruto de um pequeno questionário elaborado e aplicado a vinte (20). De salientar que o referido questionário por inquérito, apesar de limitado, responde aos propósitos do presente trabalho.

De realçar que o contexto o PA se reveste de uma característica em que o uso linguístico se distancia da norma (Cf. Adriano, 2014), por outro lado existem fortes influências de substratos das línguas bantus e muitos falantes do PA têm-no como língua segunda. Entretanto, este não é de todo o fator que dificulta a interpretação entre as estruturas coordenativas explicativas e as subordinativas causais, pois que ao contrário, por exemplo do alemão, ¹em que existem critérios muito bem definidos, em português, em muitos casos os critérios não são muito claros (Cf. Lobo 2015).

¹Segundo Lobo (2015), no alemão, existe uma propriedade sintática que permite distinguir claramente entre estruturas de coordenação e de subordinação: a posição do verbo (V). Assim, nas sentenças introduzidas por *denn* 'pois', o V ocorre em segunda posição, tal como nas sentenças não dependentes. Nas sentenças introduzidas por *weil* 'porque', o V ocorre em posição final, tal como nas estruturas de subordinação em geral. Assim, *denn* teria um estatuto coordenativo, enquanto *weil* seria subordinativo.

1. Breve referência sobre o Português de Angola (PA)

Angola é um país da costa Oeste da África Central, sendo o sétimo maior país da África. Faz fronteira a Sul com a Namíbia, a Norte com a República Democrática do Congo, a Leste com a Zâmbia e a Oeste com Oceano Atlântico. O país possui um enclave, a província de Cabinda, que faz fronteira com a República do Congo e a República Democrática do Congo. A capital e maior cidade de Angola é Luanda. Tem uma extensão territorial de 1.247 milhões km². A população angolana é de 25. 789. 024 pessoas, sendo que 63% residem na zona urbana e 37% na zona rural (INE, RGPH, 2014: 31).

Assim, o PA é, em função da sua origem é uma língua estrangeira para muitos angolanos, porque o português é resultado do processo de colonização, cujos primeiros contatos tiveram início em 1482 através de uma aliança entre os reinos de Portugal e do Congo. Assim durante muito tempo, o português, hoje, língua oficial, língua da burocracia, da imprensa e de escolaridade (cf. art.19.º da C.R. A²). O português é, nesses moldes, uma língua resultante do processo de escolarização e, conseqüentemente, assimilação da cultura portuguesa pelos povos indígenas angolanos. Nos primeiros anos de escolarização, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola propusera o ensino do português nos mesmos moldes que se adotavam, na altura, no Brasil, (cf. Adriano, 2014).

Contudo, segundo Pessela (2020), não se pode, ao certo, afirmar em que momento se formou o PA; o que sabemos é que, na segunda metade do séc. XX, isto é, depois da independência de Angola, começou a formar-se uma variante nacional a que alguns autores, como Mingas (2000), Fernandes e Ntondo (2002), Inverno (2009)¹ e Gonçalves (2013), têm denominado português de Angola (PA), possuindo algumas propriedades que o diferenciam das outras variedades do português, com ênfase para o português europeu (PE). Uma das diferenças fundamentais reside no nível sintático, pois alguns aspectos tornam evidente certas diferenças entre o PA e o PE, como por exemplo, (i) a omissão de preposições (1a) (Gonçalves, 2013; Adriano, 2014; A. Miguel, 2019:170), (ii) a omissão de conjunção subordinativa *que*, criando rutura na estrutura de subordinação (1b), (iii) a inserção da conjunção coordenativa *que*, coocorrendo com outros conectores de subordinação (1c), conforme a seguir ilustramos:

(1)

(cf. Gonçalves, 2013:167)

² C.R.A. (Constituição da República de Angola).

PA. Estão sempre a conversar [-] a mesma coisa.

PE: Estão sempre a conversar sobre a mesma *coisa*.

PA: Vimos pelas horas [-] era um pouco tarde.

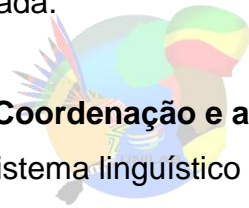
PA: Vimos pelas horas *que* era um pouco tarde.

(Gonçalves, 2013:173)

PA: Havia tudo isso embora *que* houvesse uma administração portuguesa.

PE: Havia tudo isso embora houvesse uma administração portuguesa.

Como pudemos notar um dos pontos de divergência gramatical entre o PA e o PE é ao nível da sintaxe como mostra o fenómeno de omissão de conjunção subordinativa *que* e a inserção da conjunção coordenativa *que*, criando rutura na estrutura de subordinação, como atestam os exemplos anteriores. Neste sentido parece evidente que as estruturas das sentenças subordinadas, apresenta algumas peculiaridades que as tornam confusas, em alguns aspectos sintáticos e semânticos na gramática do PA, o que requer uma abordagem mais detalhada.



2.Pressupostos teóricos sobre a Coordenação e a subordinação

Uma das características do sistema linguístico é capacidade que os falantes têm de recriar a língua como meio de expressão do pensamento. As gramáticas das línguas dispõem de estratégias que permitem aos falantes recriarem ou estruturarem unidades cada vez mais complexas conforme as suas necessidades comunicativas. A coordenação e subordinação fazem parte desses mecanismos disponíveis para o efeito:

A coordenação é um processo de formação de unidades complexas. Caracteriza-se por combinar constituintes do mesmo nível categorial-núcleos ou constituintes plenamente expandidos, i.e., sintagmas ou sentenças - que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas. (Mateus *et al.* 2003: 551).

Tal como afirmam as autoras, a coordenação pode operar a nível do sintagmático e a nível de sentenças, tal como podemos inferir a partir dos exemplos em (1).

(1)

- a. O professor Pessela e o professor Simbo estão a estudar na FLUP.
- b. O William está a chorar e a chamar pela mãe.
- c. A Idalgisa chateia-se, quando o William a incomoda.

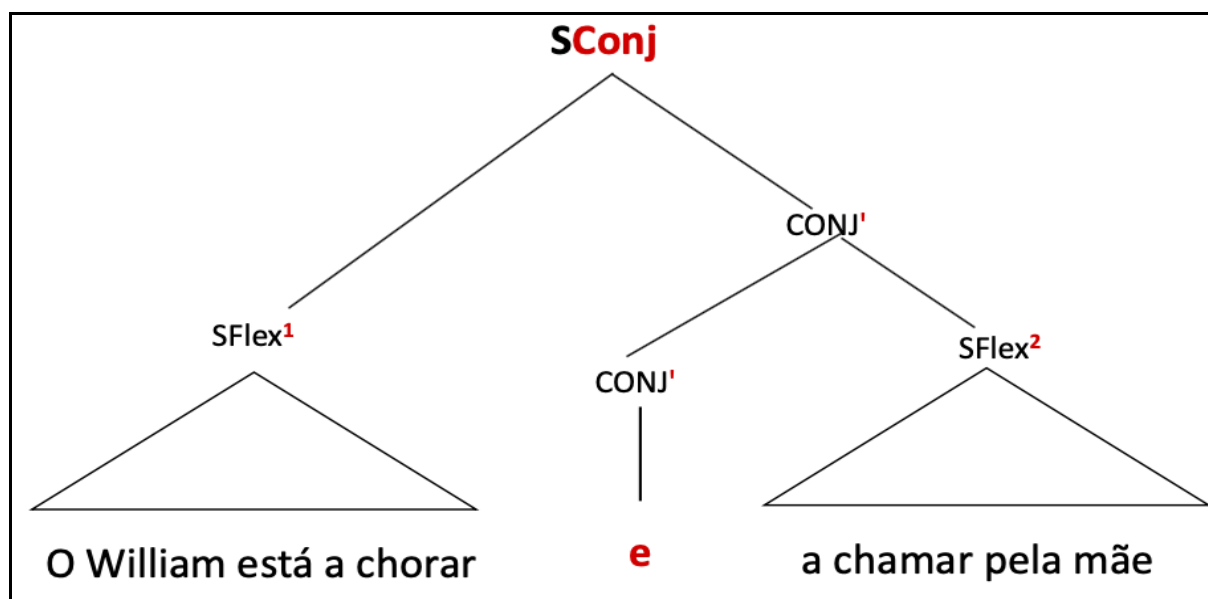
No exemplo (1), a conjunção coordenativa copulativa relaciona os dois termos constituintes do SN com a função sintática de sujeito, por outro lado, no exemplo (2) a mesma conjunção «e» está a relacionar duas sentenças da sentença complexa. Neste trabalho, preocupar-nos-emos com a coordenação e subordinação, da natureza das que são expressas nos exemplos (2) e (3), pois estamos perante uma estrutura complexa, cujos constituintes oracionais se relacionam por intermédio de conjunções.

A definição de coordenação contempla a ideia de que uma construção [A B] é coordenada, se as duas partes que a integram, A e B, tiverem o mesmo estatuto, enquanto se uma estrutura do mesmo tipo for assimétrica e um dos constituintes se destacar claramente ou for mais importante, e o outro for, de certa forma, subordinado, já não se verifica coordenação. (Haspelmath, 2004: 17)

Desta aceção de Haspelmath (2004), podemos deduzir que uma construção [A B] é coordenada se for A e B forem simétricos e é subordinada se A e B forem assimétricos. Por outro lado, a coordenação tem como núcleo uma conjunção e, por sua vez, pode ser sindética-com a conjunção expressa, isto é, nos casos em que a relação entre os termos coordenados é feita através de uma conjunção expressa ou realizada; assindética nos casos em que essa relação é estabelecida com a omissão da conjunção.

Para Mateus et ali (2003), e adotando a hipótese de a conjunção ser uma categoria funcional nuclear, cada constituinte contendo uma coordenação pode ser designado por Sconj (sintagma conjuncional). Assim, a sentença (1b) pode ser representada da seguinte forma:

Figura 1: Representação arbórea de uma sentença coordenada



Fonte: Mateus et ali (2003:561).

Por outro lado, a depender do tipo de conjunção que liga o termo coordenado ao coordenante as sentenças coordenadas podem ser aditivas, adversativas, alternativas, conclusiva e explicativa, (cf. Cunha & Cintra, 1989:592-593). Entretanto, neste trabalho não nos preocuparemos em descrever todos os aspetos inerentes a todos os tipos de coordenação, pois prestaremos especial atenção às explicativas em comparação com as subordinadas causais pelo facto de que “A não universalidade dos critérios que definem coordenação vs. subordinação e a dificuldade de aplicação dos critérios no caso das adjuntas impede muitas vezes uma classificação definida”. (Lobo, 2015:1).

A subordinação, por sua vez, é um processo que estabelece a relação entre dois termos integrantes de uma estrutura complexa, sendo que a relação é estabelecida através de conjunções subordinativas e pronomes relativos. Outro aspeto relevante é o de os termos subordinados³ podem funcionar ou como argumentos sintáticos dos termos subordinantes (as completivas) ou como termos acessórios (subordinados e adverbiais).

Assim, a subordinação pode ser substantiva- quando o termo subordinado desempenha a função sintática também exercível por uma expressão nominal; adjetivas- quando o termo subordinado desempenha a função sintática também exercível por um adjetivo; e adverbial conforme desempenhe a função que, em circunstâncias canónicas, é exercida por um advérbio. De acordo com o nosso propósito interessa-nos a subordinação adverbial pelo facto de as causais, objecto de estudo, se integrarem neste grupo. De realçar ainda que a estrutura sintática dos termos subordinados adverbiais é distinta em função da natureza dos conectores; por isso Mateus et al. (2003) defende que a maioria dos conectores de subordinação adverbial tem por base projeções de advérbios e de preposições. Em síntese, as diferenças substantivas entre a coordenação e a subordinação são as concatenadas na tabela seguinte.

Quadro #1: Síntese entre a coordenação e a subordinação

	COORDENAÇÃO	SUBORDINAÇÃO
<i>Função sintática</i>	[-]	[+]
<i>Sujeito</i>	[-]	[+]
<i>Complemento directo</i>	[-]	[+]

³ O termo subordinado será o SCOMP, a projeção de complementador ou de um conetor subordinativo.

Circunstante	[-]	[+]
Mobilidade dos constituintes	[-]	[+]

Fonte: Mateus *et al.* (2003)

Depois de analisadas e descritos os aspetos gerias das estruturas coordenadas e subordinadas as secções a seguir cingir-se-ão à análise da coordenação explicativa e subordinação causal.

2.1.Coordenação explicativa

A explicação pode ser entendida como uma justificação, uma desculpa. As sentenças coordenadas explicativas são as que se juntam à coordenante ou principal por intermédio das conjunções coordenativas explicativas tais como: pois, que, porque, porquanto, quando expressas as sentenças por elas iniciadas são sindéticas e quando ausentes são assindéticas (cf. Cunha & Cintra, 1986:594). Por outro lado, as conjunções coordenativas explicativas conferem à sentença por elas introduzidas o valor de explicação, enquanto o outro membro exprime o efeito:

(2) A Idalgisa foi à escola pois William está a chorar.

(3) O William está a chorar (-) a mamã não lhe deu o dinheiro do lanche.

Nas sentenças (2) e (3) o primeiro termo corresponde ao efeito, ao resultado dos factos expressos pelo segundo termo, a explicação.

2.2.Subordinação causal

A causa pode ser entendida como tudo o que determina a existência de uma coisa ou um acontecimento. As sentenças subordinadas causais são classificadas como sentenças adverbiais, pois funcionam como adjunto adverbial de outras sentenças. (cf. Cunha & Cintra 1986:601). Regra geral são introduzidas por conjunções ou locuções subordinativas adverbiais, pois, como se afirmou no ponto (1.), essas conjunções ou locuções desempenham uma função comparada a de advérbios na sentença. As conjunções e locuções subordinativas causais são: porque, pois, que, por isso que, já que, uma vez que, visto que, visto como, etc., assim:

(4) Tenho estudado muito, porque tenho de compreender melhor certos assuntos.

Jeremias Dandula Pessela, Sobre as sentenças coordenativas explicativa e subordinativa.

(5) A Helena está muito quieta, pois que / porque / uma vez que o esposo foi viver para Portugal.

As sentenças (4) e (5), de acordo com o que descrevemos anteriormente são subordinadas causais introduzidas por conjunção subordinativa causal, tendo a sentença também a função de adjunto adverbial, pois o segundo termo de (4) «tenho de compreender melhor» exprime a causa de "ter" de estudar, o mesmo ocorre com o segundo termo da sentença (5). Portanto, de acordo com Cunha & Cintra (1986:581) estas sentenças subordinadas denotam causa.

2.3.Coordenação explicativa e subordinação causal

Nas secções anteriores, dedicamo-nos à descrição e diferenciação entre as sentenças explicativas e causais, sobretudo de acordo com os aportes da gramática tradicional, dentre as quais destacamos Cunha & Cintra (1984), segundo os quais as explicativas são introduzidas pelas conjunções de natureza explicativa e as causais pelas conjunções causais, respetivamente. Todavia, a perspectiva tradicional não define claramente os critérios que se pode utilizar para diferenciação entre estes dois processos (coordenação e subordinação) e sentenças explicativas e causais, de facto, as gramáticas que seguem essa classificação não explicitam critérios, quer sintáticos, quer semânticos, que distinguem os dois grupos e estruturas, nem diferenciam claramente propriedades semânticas das propriedades sintáticas, (Lobo, 2013: 2007).

As propriedades semânticas e sintáticas, apesar de estarem relacionadas de uma outra maneira não são as mesmas coisas nem tão pouco existe uma correspondência direta entre elas. Assim, entre as duas sentenças (explicativas e causais), do ponto de vista semântico podem denotar causa, razão, justificação ou explicação, (*ibidem*). Logo, o significado expresso na sentença coordenada pode ser inferido como explicação ou motivação do facto expresso na sentença principal. Por outro lado, a situação descrita pela sentença secundária pode ser inferida como sendo a causa da ação descrita na sentença principal. Fica claro que, no primeiro caso, temos, do ponto de vista semântico, uma sentença com valor explicativo e no segundo, uma sentença com valor causal. No entanto, a definição semântica de sentença explicativa não reúne consenso a nível da literatura. Assim, prestemos atenção às seguintes sentenças:

(6) O Jeremias está aflito pois o II semestre está no fim.

(7) Hoje não saio de casa porque está a chover.

(8) A Helena está contente uma vez que é o seu aniversário.

Veja-se que em (6) o facto de o Il semestre estar no fim faz com que o Jeremias esteja preocupado. Neste sentido, A pode ser parafraseada com «o facto de o semestre estar no fim faz com que o Jeremias esteja aflito»; por outro lado, em (7), o segundo termo não é uma causa direta da situação expressa na sentença principal, ou seja, o facto de «estar a chover» não é diretamente a causa de o sujeito não sair de casa, mas sim um motivo implícito. Já em (8) o facto «de ser o seu aniversário» é a causa de “a Helena estar contente». Podemos inferir da fundamentação anterior que nem sempre o que superficialmente parece a causa o é, antes, porém pode corresponder a um motivo⁴. O que de novo se pode observar nas sentenças (9) e (10):

(9) O William está a chorar porque a Idalgisa bateu nele.

(10) O farol do carro quebrou, pois, a Helena embateu contra o kupapata⁵.

Nas sentenças (9) podemos deduzir uma relação de causa efetiva entre o facto de a Idalgisa ter batido no William e o de o William estar a chorar. Por outro lado, nas sentenças (10) podemos deduzir uma relação de o farol estar quebrado ter sido o motivado pelo embate contra o kupapata.

(12) O técnico deve substituir o farol do carro porque está quebrado.

Com base em critérios puramente semânticos a diferenciação entre sentenças explicativas e causais reside então nos seguintes fatores: (i) anterioridade ou posterioridade, segundo o qual quando a relação é de causa efetiva, a situação da sentença causal é necessariamente temporalmente anterior à situação da sentença principal, cf. (11), por outro lado, tornar-se-á o contrário, cf. (13); (ii) a posição inicial ou final da conjunção no caso de « porque» que, quando no início da sentença pode ter interpretação causal, e no final tem muitas vezes valor explicativo; outro critério (iii) tem a ver com o tipo de conector, pois alguns só podem introduzir sentenças semanticamente explicativas.

⁴A dicotomia entre causa e motivo nem sempre é fácil de delimitar, porém para o presente trabalho, compreende-se: causa como a explicação que gerou o facto, por outro lado, motivo como a explicação de porque o facto ocorreu.

⁵ Termo do PA usado para designar transporte de táxi operado por motorizadas.

Do ponto de vista sintático, as sentenças explicativas e as causais comportam-se de diferentes maneiras, (Lobo, 2013: 2009). Quanto à posição: (i) as sentenças introduzidas por porque podem ocorrer em posição inicial⁶; (ii) as sentenças introduzidas por pois têm um comportamento coordenativo independentemente do valor; (iii) algumas sentenças introduzidas por porque têm um estatuto sintático menos claro, pois não podem ser antepostas, embora admitam a colocação pré-verbal do pronome clítico – próclise - e, marginalmente, a coordenação (*Idem*,2010). Feitas estas considerações relevantes sobre a sintaxe e a semântica das estruturas das sentenças coordenadas explicativas e subordinadas causais, na secção apresentámos os resultados do estudo experimental.

3. Metodologia apresentação dos resultados e discussão

3.1. Descrição da metodologia

O questionário foi elaborado como objetivo de avaliar os falantes do PA quanto à sua capacidade de distinguir uma sentença explicativa de uma sentença causal, inferindo a partir dali os critérios presentes na gramática desses falantes que lhes permitem distinguir essas sentenças. Foram inquiridos vinte (20) informantes, distribuídos por variáveis sociais (idade, língua materna, zona de residência e nível de ensino). O questionário está constituído por duas partes (i) dados do informante (idade, sexo, língua materna, nível de escolaridade) que permitiram traçar um perfil sociolinguístico dos informantes, (ii) questões em que se avalia o conhecimento semântico, colocando hipóteses de as sentenças serem sentenças explicativas (não verdadeira causa)⁷ e outras sentenças relativas à causa pura⁸.

O questionário em que nos baseamos consiste em juízos de gramaticalidade a partir de certas construções frásicas. Tal inquérito baseia-se em dados introspectivos, isto é, a partir dos juízos dos informantes. Segundo Duarte (2001; apud Pessela, 200:78) os inquéritos, “são o resultado de experiências com um desenho experimental pobre, mas que fornecem evidência empírica muito rica”; ainda segundo a mesma autora, “o juízo de gramaticalidade “é uma operação cognitiva muito complexa: envolve processamento, fenômenos observáveis, informação declarativa e procedimental”. Correspondem habitualmente a três valores: gramatical = (ok); marginal = (?) e agramatical = * (*idem, ibidem*). Solicitando aos informantes que marcassem com um "E" as sentenças coordenadas explicativas e com um "C" as sentenças coordenadas causais e, por último,

⁶ Quando coordenados têm os pronomes clíticos em posição pré-verbal.

⁷ As sentenças, no caso, correspondem à explicação, ao motivo, à razão.

⁸ Sentenças inerentes às leis físicas.

(iii) perguntas de escolha múltipla com as quais se solicitou aos informantes que assinalassem as sentenças agramaticais e os resultados obtidos são apresentados no gráfico 1. A análise dos resultados às perguntas em (iii) constituem verdadeiramente o foco desta investigação, destinando-se a determinar aspectos do conhecimento sintático interiorizado pelos sujeitos falantes.

3.2. Apresentação e discussão dos resultados

O perfil sociolinguístico e demográfico dos falantes inquiridos é o descrito na tabela seguinte.

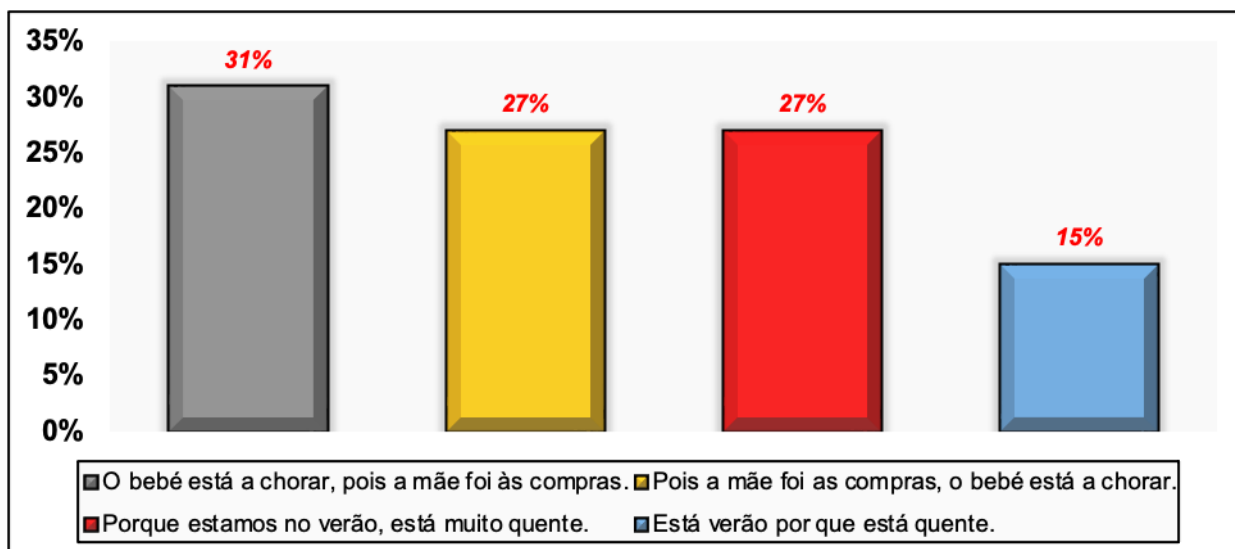
Tabela 1: Perfil sociolinguístico e demográfico dos falantes

Varáveis	descrição	frequência relativa	%
<i>idade</i>	13 – 16 anos	10	50 %
	17 – 35 anos	10	50 %
<i>Língua materna</i>	tchókwe	1	5 %
	nganguela	2	10 %
	português	8	40 %
	umbundu	9	45 %
<i>Zona de Residência</i>	urbana	11	55 %
	periurbana	9	45 %
<i>Total</i>		20	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos aplicados.

Os resultados apresentados na tabela 1, mostram que, em relação a variável sociodemográfica idade os informantes são distribuídos equilibradamente, isto é, há dez informantes da faixa etária dos 13 a 16 anos de idade e dez informantes da faixa etária do 17 a 35 anos de idade. Quanto à variável língua materna, destaca-se o facto de o umbundu ser a língua materna predominante entre os inquiridos, com 45% a mais que o português. Quanto à variável zona de residência, a maioria dos inquiridos reside na zona periurbana. Os resultados da segunda parte do questionário são descritos no gráfico seguinte.

Gráfico n°1: resultados dos juízos de gramaticalidade.



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos aplicados.

Os resultados descritos no gráfico anterior mostram que as sentenças introduzidas por *porque* é a que divide os juízos de gramaticalidade dos inquiridos, o que já era de se esperar. Mas o que não esperávamos é a aceitabilidade da anteposição de *pois*, o que tentaremos discutir na secção 3.

Os resultados apresentados e analisados mostraram que as variáveis sociodemográficas idade e, bem como, a língua materna parece não explicarem, de todo, as dificuldades que os inquiridos, falantes do PA como L2, que constituem a maioria, bem como o único falante do PA, como L1. De facto, quanto à primeira questão do questionário apenas a alínea “c” obteve uma classificação satisfatória, pois 3 dos cinco inquiridos, correspondentes a 60%, não hesitaram em reconhecê-la como uma verdadeira causa; por outro lado, ele não se registou nas questões que envolvem a conjunção *pois*, no caso quatro (4) dos inquiridos, correspondente a 80%, atribuíram um valor explicativo. Isso não se pode dizer da segunda questão do questionário, na qual os falantes foram convidados a formularem juízos de agramaticalidade, onde obtivemos, e realçamos, os quatro (4) inquiridos, correspondentes a 80 %, considerarem todas as sentenças corretas nomeadamente e apenas um (1), correspondente a 20% considera a sentença (b) incorreta.

Dos resultados apresentados nos parágrafos anteriores, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, podemos deduzir que, quanto à primeira questão existe uma dúvida devido ao facto de muitos dos inquiridos ainda fazerem uma certa confusão na natureza ou tipo da causa que analisadas na perspetiva semântica, as sentenças causais

periféricas não exprimem causa, razão ou motivação do dito na sentença matriz ou principal, mas sim tidas como causa da enunciação (pragmática), ou seja, causa indireta. (Quirk *et al.* 1995: 15, 45, *apud* Lobo 2000: 6).

Quanto à segunda questão, ressalta-se a alínea «b» pelo facto de os falantes, do ponto de vista sintático, anteporem a sentença introduzida por «pois», violando as regras sintáticas, pois segundo Lobo (2000:4) “o conector «pois» tem menos possibilidades de ocupar uma posição inicial”. Tal facto encontra uma certa fundamentação no facto de os conectores causais terem tido uma classificação diferente em português nas gramáticas de referência do séc. XX, muitos gramáticos a classificam como uma conjunção subordinada (Silva, 1989, Bechara, 1999, Cunha & Cintra, 1984).

Assim, de acordo com as propriedades formais relativas à coordenação tidas como um dos critérios sintáticos distintivos entre a coordenação e a subordinação, os termos coordenados não podem ser antepostos à sentença, contrariamente às subordinadas (Hapelsmalth, 2004, Lobo, 2001; Brito, 2003; entre outros).

Outro aspecto a se ter em conta tem a ver com o comportamento sintático das sentenças explicativas e causais. Este comportamento aproxima-as da subordinação adverbial (Matos, 2003:10). As sentenças introduzidas por “*pois*”, no português contemporâneo, são caracterizadas pela sua posição fixa, posposta à sentença núcleo. No entanto, em estágios anteriores da língua, elas admitiam flexibilidade (Lobo, 2008), podendo ser intercaladas ou pospostas à sentença núcleo e antepostas, conforme o caso em análise.

Por outro lado, isto pode traduzir que, na prática, o conector “*pois*” está num processo de gramaticalização (Matos, 2003:10), ou seja, ainda não está estabilizado, o que também pode justificar a anteposição de “*pois*” pelos falantes do PA. Neste caso, nota-se a manifestação de um parâmetro gramatical novo e divergente da norma do PE.

Destarte, adindo ao que defende Nzau (2016) há a necessidade de uma reorientação da norma do português falado em Angola, partindo da “revisão e estruturação de gramáticas descritivas e normativas, bem como a pela ausência de métodos adequados ao ensino da língua portuguesa...” (op. cit, p 185), por parte dos investigadores em ciências da linguagem e dos professores de português, bem como, da parte entidades governamentais, a quem compete a criação das políticas de ensino, deve gizar com profundidade e proficuidade (i) uma estratégia capaz de permitir uma (re) análise da situação nacional em termos de alfabetização e de literacia, considerando as idiosincrasias regionais; (ii) a formação continuada de professores de língua portuguesa

Jeremias Dandula Pessela, *Sobre as sentenças coordenativas explicativa e subordinativa*. (Nzau, 2016:182). Feita a discussão dos principais resultados encontrados, na secção seguinte apresentamos as considerações finais.

Considerações finais

Assim, com base nos objetivos do presente trabalho consubstanciado na abordagem sobre o processo de coordenação e de subordinação explicativa e causal, apresentámos os principais ancores teóricos sobre a coordenação e subordinação frásica, com ênfase para as explicativas e causais; bem como (re) discutimos as propriedades estruturais das sentenças coordenadas e das subordinadas, com particular realce, para as explicativas e as causais. Portanto, analisadas produções de falantes do PA podemos verificar que há algumas ambiguidades de interpretação de alguns falantes do PA relativamente às sentenças que exprimem uma causa, por isso, podemos concluir que tais dificuldades parecem derivar do facto de, nas gramáticas tradicionais, os conectores causais e explicativos têm sido classificados de forma diferente; por outro lado, o comportamento sintático das sentenças explicativas e causais aproxima-as da subordinação adverbial (cf. Dias, 1918)

A anteposição da coordenação pelos falantes nativos do PA reforça a ideia de que no português a conjunção “pois” encontra-se, ainda, numa fase de gramaticalização; Outrossim, recomendamos um reforço no ensino de aspectos semânticos do português, bem como há a necessidade imperiosa de uma reorientação da norma do português falado em Angola, partindo da “revisão e estruturação de gramáticas descritivas e normativas, bem como a pela ausência de métodos adequados ao ensino da língua portuguesa, conforme defende Nzau (2016). Isto quer dizer que há uma necessidade premente de analisar uma quantidade dados mais robustos, em trabalhos futuros, bem como procurar avaliar melhor as variáveis sociolinguísticas, com destaque para as línguas bantu.

Referências

Adriano, P. S. (2014). *Tratamento morfossintáctico de expressões e estruturas frásicas do português em Angola*. Dissertação de Doutoramento em Linguística apresentada à Universidade de Évora.

Angola, Lei 13/01, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema de Educação). *Diário da República, n.o 65, I Série*. Luanda: Assembleia Nacional.

Jeremias Dandula Pessela, *Sobre as sentenças coordenativas explicativa e subordinativa*.

- Bechara, E. (1999). *Moderna Gramática do Português*. 37.a ed., Rio de Janeiro: Editora Brito.
- Brito, Ana Maria (2003) Subordinação Adverbial, In Mateus, M. H., et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 695-766.
- C.R.A. – Constituição da República de Angola (2010). *Diário da República n.º 23, I Série*. Luanda: Assembleia Nacional.
- Cunha, C., Cintra, L. (1999 [1984]). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Caminho. Lisboa: Campo das Letras.
- Cunha, Celso e Luis Filipe Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Ed. J. Sá da Costa, Lisboa.
- Decreto no. 77 de 9 de Dezembro de 1921. *Boletim Oficial da Província de Angola, I série -No 50. Alto Comissário da República de Angola* (José Mendes Ribeiro Norton de Matos). Luanda.
- Gonçalves, P. (2013). O português em África. In E. B. P. Raposo (Ed.), *Gramática do Português: Vol. I* (pp. 157–178). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, P. (2013). O português em África. In E.P. Raposo, F.B. Nascimento, M.A. Mota, L. Segura, A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.157-178.
- Haspelmeth, Martin (ed.) (2004). *Coordinating constructions. (Typological Studies in Language, 58.)* Amsterdam: Benjamins, pp. 3-39.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2014). *Recenseamento Geral da População e da Habitação 2012* [General population and housing census of Angola 2012]. Luanda: INE.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (2016). *Censo Geral 2014. Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação*. Luanda: INE.
- Inverno, L. (2009). *Aspectos da sintaxe das sentenças adverbiais do português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Lobo, M. (2013). Subordinação Adverbial. In E. B. P. Raposo, M. F. B. D. Nascimento, M. A. C. D. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (pp. 1981-2057). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lobo, Maria (2002) *On the Structural Position of Non-Peripheral Adjunct Clauses*, *Journal of Portuguese Linguistics* 1 (1), pp.83-118.
- Lobo, Maria (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Jeremias Dandula Pessela, *Sobre as sentenças coordenativas explicativa e subordinativa*.

Mateus, Maria & Faria, Isabel & Duarte, Inês & Barros Brito, Ana Maria & Frota, Sonia & Matos, Gabriela & Oliveira, Fátima & Vigário, Marina & Villalva, Alina. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*: Lisboa, Caminho.

Mateus, Maria Helena (2003) et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Mingas, A. (2000) *A Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*, Porto: Campo das Letras.

Mota, M.A.C. da; Segura, Luísa e Mendes, A. (Org.), *Gramática do Português*, vol. I, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (198-236).

Nzau, D. G. N., Venâncio, J. C., & Sardinha, M. da G. d'Almeida. (2013). Em torno da consagração de uma variante angolana do português: subsídios para uma reflexão. Limite: *Revista de Estudos Portugueses y de La Lusofonia*, (7), 159–180.

Pessela, J. D. 2020. *Sobre a concordância de número no sintagma nominal no Português de Angola: Variante do Português de Cuito-Bié*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de Mestrado.

Thompson, S.A., Longacre, R.E., 1985. *Adverbial clauses*, in: Shopen, T. (ed.). *Language Typology and Syntactic Description* Vol. II.



Recebido em: 12/07/2024

Aceito em: 21/08/2024

Para citar este texto (ABNT): PESSELA, Jeremias Dandula. Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflituantes em falantes angolanos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.67-83, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Pessela, Jeremias Dandula. (out. 2024). Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflituantes em falantes angolanos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 67-83.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>